



ARARAQUARA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 10.542.659/0001-23

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A Araraquara Transmissora de Energia S.A. ("Araraquara" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2022.

1) A COMPANHIA

A Araraquara é uma sociedade anônima fechada, de capital privado. Sua sede está localizada na cidade do Rio de Janeiro. Possui uma filial na cidade de Araraquara, no Estado de São Paulo. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 14 de dezembro de 2012 quando foi adquirida já em fase operacional da CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda. e Lintran do Brasil S.A.. A SGBH que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas). Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	45,19
Tensão em kV:	440/500
Subestações próprias/acessadas:	3

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita: O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 30.488.658 (trinta milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil e seiscentos e cinquenta e oito reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023 e R\$ 27.287.503 para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

3.2) Desempenho econômico-financeiro: Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2022 e 2021 são:

	2022	2021
• Liquidez geral	10,63	11,85
• Liquidez corrente	6,29	11,39
• Relação patrimônio líquido/ativo	90,59%	91,56%
• Relação passivo não circulante/ativo	7,01%	6,95%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	8,84%	18,52%
• Relação lucro operacional/Patr. Líquido	9,14%	13,54%
Ativos totais - R\$	291.853.185	264.713.341
Lucro líquido do exercício - R\$	23.376.685	44.886.251

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	16.501.862	21.726.271
Concessionárias e permissionárias	6	2.793.568	2.631.821
Contas a receber - partes relacionadas	21	1.112.100	585.868
Adiantamentos a fornecedores		4.025	10.900
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	467.631	467.631
Outros impostos a recuperar	7	21.507	1.018
Estoque	8	3.676.820	3.210.373
Ativos de contrato	9	19.227.044	16.104.905
Outros créditos		192.139	99.305
		43.996.696	44.838.092
Ativo não circulante			
Ativos de contrato	9	246.561.927	218.423.672
Outros ativos não circulantes		567.039	529.717
Imobilizado		725.055	915.037
Intangível		2.468	6.823
		247.856.489	219.875.249
		291.853.185	264.713.341

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucro Retenção de lucro	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	197.191.128	646.477	8.306.442	-	206.144.047
Lucro líquido do exercício	-	-	-	44.886.251	44.886.251
Constituição de reserva legal (Nota explicativa 15)	-	2.244.313	-	(2.244.313)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 15)	-	-	-	(426.419)	(426.419)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (Nota explicativa 15)	-	-	42.215.519	(42.215.519)	-
Dividendos intermediários (Nota explicativa 15)	-	-	(8.222.539)	-	(8.222.539)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	197.191.128	2.890.790	42.299.422	-	242.381.340
Lucro líquido do exercício	-	-	-	23.376.685	23.376.685
Constituição de reserva legal (Nota explicativa 15)	-	1.168.834	-	(1.168.834)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 15)	-	-	-	(222.079)	(222.079)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (Nota explicativa 15)	-	-	21.985.772	(21.985.772)	-
Dividendos intermediários (Nota explicativa 15)	-	-	(1.142.922)	-	(1.142.922)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	197.191.128	4.059.624	63.142.272	-	264.393.024

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Araraquara Transmissora de Energia S.A. ("Companhia" ou "Araraquara") é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em 8 de dezembro de 2008 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1509, Centro, Rio de Janeiro. Possui uma filial localizada na cidade de Araraquara, no Estado de São Paulo. A Companhia iniciou suas operações em 01 de agosto de 2012, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. **1.1 Da concessão:** No dia 26 de fevereiro de 2009 a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão ANEEL nº 14/2009, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas no Estado de São Paulo: (i) Linha de Transmissão Araraquara 2. (ii) Araraquara Furnas, C1 e C2, 500 kV, com extensão aproximada de 15 km cada, com origem na subestação Araraquara 2 e término na subestação Araraquara Furnas, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 12 km cada devido à características do local em que a linha foi implantada. (iii) Linha de Transmissão Araraquara 2 - Araraquara CTEEP, C1 e C2, 440 kV, com extensão aproximada de 15 km cada, com origem na subestação Araraquara 2 e término na subestação Araraquara CTEEP, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 11 km cada devido à características do local em que a linha foi implantada. De acordo com a Resolução Autorizativa nº 9.994/21, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autoriza a Companhia a implantar os reforços em instalações de transmissão de energia elétrica sob sua responsabilidade referentes ao empreendimento: T2021-032 - SE Araraquara 2 - instalação do primeiro reator de barra 500kV. **1.2 Receita Anual Permitida (RAP):** A RAP foi determinada em R\$15.463.152 (quinze milhões, quatrocentos e sessenta e três mil e cento e cinquenta e dois reais) (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA. A RAP será corrigida nos cinco primeiros anos pelo IPCA e revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, até o décimo quinto ano levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e Taxa Referencial de Mercado ("TRM"), definida no contrato. De acordo com a Resolução Autorizativa nº 9.677/21, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autoriza a Companhia a implantar o reforço em instalação de transmissão de energia elétrica sob sua responsabilidade, a saber: Alimentação em 13,8 kV para os serviços auxiliares do Elo CC a partir do terciário do AT2 500/440/13,8 kV. Em 14 de julho de 2020 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 25.253.097,58 (vinte e cinco milhões, duzentos e cinquenta e três mil, noventa e sete reais e cinquenta e oito centavos) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021. Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Praticamos um diálogo direto com nossos acionistas e, para fortalecer o relacionamento com as partes interessadas no negócio, em 2022 nos aprofundamos em avaliar nossa estrutura de governança. Demos sequência ao trabalho iniciado em 2021 e, neste ano, concluímos o Planejamento Estratégico (PE). Desta forma, temos uma visão de longo prazo dos negócios e da organização interna. Somados ao PE, iniciamos a elaboração de instrumentos que irão compor a estrutura de governança após a criação do Conselho de Administração, como o Regimento Interno do Conselho e o Regimento Interno da Diretoria. Evoluímos na estruturação dos nove Comitês de Assessoramento, que estarão ligados ao órgão deliberativo e irão dispor de regimentos internos próprios. O Grupo State Grid Brasil Holding é representado em sua instância máxima de governança pelo Comitê Sênior de Gestão (SMC). O órgão é composto por executivos com reconhecida experiência no setor elétrico. As decisões do SMC são apoiadas por oito comitês especialistas em temas estratégicos. Dentre os comitês especialistas de apoio às decisões do SMC, destacamos a criação, em 2022, do Comitê ESG. Composto por 14 membros, o grupo encampará a evolução dos temas Ambientais, Sociais e de Governança associados aos negócios da SGBH. Com a criação de uma área dedicada ao ESG (Environment, Social, Governance), impulsionamos relevantes medidas como a viabilização das debentures verdes na implantação da Silvânia Transmissora de Energia (STE); a mensuração das emissões de gases-estufa, bem como a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas. A adesão ao Pacto Global materializou o empenho da SGBH em gerar valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade. Com isso, estaremos cada vez mais alinhados ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o objetivo corporativo de transmitir energia de forma sustentável e mediante condutas transparentes. Assim, seguiremos gerando valor não apenas para o negócio, mas para toda a sociedade. **Gestão de Riscos:** Agimos de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a elaboração de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho. Disparamos de uma área dedicada, com a premissa de manter a capacidade de funcionamento de nossa infraestrutura conforme exigentes padrões de qualidade, visando à segurança de colaboradores e comunidades locais e a conservação do meio ambiente. Para isso, identificamos, avaliamos, tratamos e monitoramos os riscos técnicos e administrativos de nossas atividades e processos. A Matriz de Risco da empresa é constantemente atualizada e a SGBH monitora anualmente aqueles considerados mais impactantes no negócio da empresa ("Top Ten"), além de desenvolver os controles internos de todos os riscos mapeados em seus processos corporativos. **Ética, Transparência e Compliance:** Nossas práticas de ética e compliance estão expressas no Código de Ética e Conduta, existente desde 2020. O documento apresenta nosso compromisso de respeito à legislação local e internacional, bem como nossos valores corporativos de estabelecer relações baseadas em integridade,

diálogo e transparência com todos os públicos. Como medida de atualização e conscientização dos profissionais, anualmente, todos os colaboradores assinam e concordam formalmente em praticar as premissas firmadas no Código de Ética e Conduta. Com o objetivo de centralizar a condução do tema, em 2022, criamos a divisão de Riscos, Compliance e Auditoria Interna (RCA). Como medida de disseminação interna da prática de conduta ética e compliance, são oferecidos cursos presenciais, tanto para as equipes da sede corporativa como nas regionais; treinamentos online e pílulas mensais de compliance sobre temas atuais são difundidos por e-mail, como privacidade e proteção de dados, diversidade e inclusão e prevenção ao assédio moral no ambiente de trabalho. A área de Compliance também realiza o acompanhamento dos relatos recebidos no Canal de Ética. Este importante canal é gerido por terceira parte independente, que analisa o conteúdo dos relatos e, quando fundamentados, os encaminha à área de Compliance que conduz todas as investigações em caráter confidencial e as reporta ao Comitê de Ética. Casos de preocupações críticas são levados ao Comitê Sênior de Gestão, mais alto órgão de governança. Desde 2021, ano em que iniciou o processo de auditoria interna com equipe própria local, a SGBH vem utilizando tais auditorias como instrumento de aprimoramento dos seus processos internos e implantando diferentes planos de ação visando a conformidade de todos os seus procedimentos. Em 2022 não foram identificadas preocupações críticas ao negócio da Companhia. Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. O Grupo também participa de ações sociais junto a Sociedade. Para isso, investimos recursos próprios e incentivamos em projetos que promovem a sociedade onde atuamos nos aspectos de emprego e renda, cultura, esporte, saúde e educação. No total, participamos de 11 projetos ou ações que valorizam a população e colocam as comunidades no papel de protagonistas, buscando implementar mecanismos de continuidade, no longo prazo, das iniciativas promovidas. Os projetos incentivados no âmbito das leis de incentivo federais são apoiados de forma continuada Pelo Grupo que promove ações internas de engajamento entre seus colaboradores para também incentivar o voluntariado.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	16	56.122.954	24.921.106
Custo da operação	17	(29.190.520)	(6.610.522)
Lucro bruto		26.932.434	18.310.584
Receitas/(despesas) gerais e administrativas	18	(2.908.584)	15.014.981
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas		152.419	(508.883)
Lucro antes do resultado financeiro		24.176.269	32.816.682
Resultado financeiro	19	1.820.075	13.262.411
Receita financeira		2.209.622	970.990
Despesa financeira		(389.547)	12.291.421
Resultado antes dos impostos		25.996.344	46.079.093
IRPJ e CSLL correntes	20	(1.700.872)	(1.223.255)
IRPJ e CSLL diferidos	20	(918.787)	30.413
Lucro líquido do exercício		23.376.685	44.886.251

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	23.376.685	44.886.251
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	23.376.685	44.886.251

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		25.996.344	46.079.093
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Depreciação e amortização		183.623	183.258
Provisão para perda de crédito esperada	6	152.775	(84.548)
Provisão de contingências	13	(1.700.872)	(30.750.288)
Provisão para compensação ambiental (Aumento) redução nos ativos		209.929	71.983
Concessionárias e permissionárias		(314.521)	124.215
Contas a receber - partes relacionadas		(526.231)	552.486
Ativo de contrato	9	(31.260.394)	987.447
Estoques		(466.447)	284.857
Imobilizado e intangível		11.978	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(3.480)	593.390
Outros impostos a recuperar		(17.009)	77.997
Adiantamentos a fornecedores		6.874	237.449
Outros ativos		(130.157)	148.047
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores terceiros e partes relacionadas		2.139.300	(505.137)
Tributos e contribuições sociais		2.510.834	26.221
Taxas regulamentares		230.344	(838.269)
Outros passivos		638.539	103.197
Fluxo de caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais		(785.247)	17.291.398
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.055.132)	(492.596)
Outros impostos pagos		(1.813.425)	(783.905)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizados nas) atividades operacionais		(3.653.804)	16.014.897
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível		(1.264)	(14.105)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento		(1.264)	(14.105)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	15	(1.569.341)	(8.306.442)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento		(1.569.341)	(8.306.442)
(Redução)/Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(5.224.409)	7.694.350
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		21.726.271	14.031.921
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		16.501.862	21.726.271

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalentes de caixa: Os caixa equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2 Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando

continua





ARARAQUARA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 10.542.659/0001-23



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

os seguintes parâmetros: • Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber; • Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos; • Existência de garantia; • Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas; • Análise de devedores em falência. Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias. **3.3 Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4 Ativo de Concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. **Ativo de contrato:** O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um "ativo contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.5 Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seus resultados registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.6 Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.7 Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.8 Impostos: Impostos incidente sobre a receita da transmissão de energia elétrica:** As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade. **Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Impostos Correntes:** A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita. Dessa forma, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a Receita Bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60.000 (sessenta mil reais) no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.9 Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de

ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.11 Ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.12 Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.13 Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: (a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas ao resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. (c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.14 Instrumentos financeiros: a. Ativos financeiros:** Classificação e mensuração - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma: • **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA")** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment")** - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. **b. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.15 Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.16 Transações com partes relacionadas:** As transações de contas a pagar e a receber com partes relacionadas, como prestação de serviços, são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. (a) **Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes** - (alteração do CPC 26 (R1)). As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao CPC 26 (R1) e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma está sujeita a desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros. (b) **Definição de política contábil de "estimativas contábeis"** - (alteração do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro): A alteração na norma tem objetivo de mudar o conceito de "estimativas contábeis" no lugar de "mudança nas estimativas contábeis", destacando o conceito de estimativa e suas normas aplicáveis. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia avaliou as alterações contidas no referido CPC e não foi identificado nenhum impacto nas avaliações internas sobre apurações das estimativas para 31 de dezembro de 2022. (c) **Divulgações de políticas contábeis** - (alterações aos CPCs 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros, CPC 49 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria e CPC 21 - Demonstração Intermediária): A mudança se refere a inclusão da definição de "políticas contábeis" e a substituição deste termo para "informação de política contábil", a atrelando a materialidade de seus saldos e sua a razoabilidade na influencia nas decisões que os principais usuários das demonstrações contábeis para fins gerais tomam com base. Caso a entidade entender que precise divulgar informações de política contábil imateriais, tais informações não devem obscurecer as informações de política contábil relevantes; e informar nas demonstrações contábeis a conclusão da entidade de que as informações de política contábil são imateriais e não afetam os requisitos de divulgação relacionados estabelecidos em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022. (d) **Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos originados de uma simples transação** - (alteração no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro): A alteração deste pronunciamento técnico se refere ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo diferido onde deve ser levado em conta se há ocorrência de diferença temporária igualmente tributável e dedutível, sendo estes decorrentes a uma única transação para transações que ocorram em ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022. (e) **Outras normas** - Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Adiamento da Isenção temporária do CPC 48 no CPC 11 - Contratos de Seguro (alterações dos CPC 48/IFRS 9 e CPC 11); (ii) Alterações na norma internacional IFRS 17 - Insurance Contracts -

(alteração ao CPC 50 - Contratos de Seguro). Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. Quantos aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	-	850
Bancos	376.806	349.578
Aplicações financeiras (i)	16.125.056	21.375.843
	16.501.862	21.726.271

(i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração média de 103,41% do CDI em 2022 e 102,90% do CDI em 2021. Apesar de ter sido pago um valor menor de dividendos comparado ao exercício anterior, a variação se deve principalmente a maiores pagamentos de impostos e das despesas operacionais e de gastos para a implantação de projeto de reforços no exercício de 2022.

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	2.675.415	2.532.929
Vencidas até 30 dias	4.001	1.469
Vencidas até 60 dias	940	142
Vencidas até 90 dias	1.957	703
Vencidas acima de 90 dias	286.042	118.590
	2.968.355	2.653.833
Provisão para Perda de crédito esperada (PCE) (i)	(174.787)	(22.012)
	2.793.568	2.631.821

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(22.012)	(106.560)
Reversão	11.939	84.548
Adição (i)	(164.714)	-
Saldo final	(174.787)	(22.012)

(i) Adição refere-se ao AVC complementar do grupo Quinturará de junho/2022 ainda não recebidos.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		
IRPJ a Recuperar	323.031	323.031
CSLL a Recuperar	144.600	144.600
	467.631	467.631
Outros impostos a recuperar		
PIS e COFINS	1.018	1.018
INSS	20.489	-
	21.507	1.018

8. ESTOQUES

	31/12/2022	31/12/2021
Almoxarifado de manutenção e operação (i)	3.676.820	3.210.373
	3.676.820	3.210.373

(i) As peças de almoxarifado são consumidas conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício.

9. ATIVOS DE CONTRATO

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	19.227.044	16.104.905
Não circulante	246.561.927	218.423.672
	265.788.971	234.528.577

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022 está assim apresentada:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 31 de dezembro de 2020	235.516.023	
Receita de O&M	11.976.888	
Receita de remuneração	13.984.659	
Recebimentos	(26.948.993)	
Imobilizado em curso	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	234.528.577	
Circulante	16.104.905	
Não circulante	218.423.672	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	234.528.577	
Receita de construção (i)	31.337.353	
Receita de O&M (ii)	12.557.804	
Receita de remuneração (iii)	14.603.113	
Recebimentos (iv)	(28.667.520)	
Imobilizado em curso (v)	1.429.644	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	265.788.971	
Circulante	19.227.044	
Não circulante	246.561.927	

(i) Valor refere-se à implantação dos reforços em instalação de transmissão do primeiro reator de barra 500kv conforme resolução autorizativa 9.994/21; (ii) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção; (iii) Variação devido ao aumento do saldo de ativo contratual que consequentemente aumenta a receita de remuneração; (iv) Variação refere-se a diferença entre a RAP projetada no modelo mais inflação e a RAP homologada pela ANEEL; (v) Adiantamentos do projeto de reator Araraquara subestação primeiro reator de barra conforme resolução autorizativa 9.994/21. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar. • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. • Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

10. FORNECEDORES

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores relacionados à construção (i)	2.108.966	38.581
Gastos ambientais e fundiários	9.948	10.570
Prestadores de serviços	30.330	39.060
Almoxarifado (ii)	501.544	-
Outros	51.924	14.448
	2.702.712	102.659

(i) Variação refere-se substancialmente a serviços de construção e montagem do banco de reatores do projeto de reforço ATE Araraquara 2 - Reator Bank 440KV - conf. RA994/21 e compra de materiais do projeto de melhoria PM - Retrofit Unid. Controle 500-440KV. (ii) Compra de material de almoxarifado para manutenção preventiva na Companhia.

11. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de férias	761.329	518.662
Provisão de bônus (i)	1.075.096	720.077
Outros	149.448	108.595
	1.985.873	1.347.334

(i) O Programa de Bônus é uma ferramenta de gestão e um plano motivacional que dá aos funcionários a oportunidade de receber o reconhecimento da empresa por suas conquistas. O bônus de um funcionário é medido com base nos resultados do KPI (Key Performance Indicators Program) e do PAP (Performance Assessment Program). Variação refere-se a atualização de métrica na provisão de bônus adequando-se ao histórico de pagamento e considerando os targets dos KPIs para fins de cálculo de bonificação dos últimos anos.

continua ★





ARARAQUARA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 10.542.659/0001-23



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

12. PROVISÃO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

	31/12/2022	31/12/2021
Compensação ambiental (i)	1.905.570	1.695.643
	1.905.570	1.695.643

(i) A provisão de compensação ambiental refere-se ao processo 02001.014748/2013-38 e atualizada mensalmente pela taxa SELIC.

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos. A Companhia, constitui provisões para riscos envolvendo questões trabalhistas, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	769.543	917.091
	769.543	917.091

Nesse sentido, a movimentação do saldo de provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Trabalhistas		Ambientais	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 31 de dezembro de 2021		917.091		
Adições e reversões, líquidas (i)		(184.623)		
Atualizações monetárias		37.075		
Saldo em 31 de dezembro de 2022		769.543		
	Cíveis	Trabalhistas	Ambiental	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	22.809	1.182.933	30.461.637	31.667.379
Adições e reversões, líquidas (ii)	(22.809)	(356.209)	(30.765.791)	(31.144.809)
Atualizações monetárias	-	90.367	304.154	394.521
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	917.091	-	917.091

(i) O saldo de reversão ocorrida refere-se principalmente as atualizações do processo 0012118-26.2015.5.15.0006 - R.P.S que passou por pericia contábil e com a apresentação do laudo teve o seu valor de risco provável reduzido; o processo ainda está em curso em sede recursal. (ii) O saldo de reversão ocorrida refere-se principalmente a processos ambientais onde ocorreram decisões homologatórias de primeira instância aos Autos de Infração dos processos administrativos nº 02027.001141/2012-19 e 02027.001143/2012-16 em 14 de maio de 2021, minorando os valores originais de R\$ 3.000.000 (três milhões de reais) para R\$ 2.010.500 (dois milhões e dez mil e quinhentos reais) e R\$ 15.000.000 (quinze milhões de reais) para R\$ 2.555.000 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil reais), respectivamente. As devidas atualizações monetárias também foram revertidas. Posteriormente, por ser um processo em âmbito administrativo, o departamento jurídico da companhia, em conjunto com os escritórios externos, por meio de opinião legal, analisou e classificou os mesmos processos com prognóstico possível, sendo necessário o estorno de todo o montante e as provisões trabalhistas constituídas dizem respeito a verbas contratuais legais de empregados de terceiros. **Contingências possíveis (não provisionadas):** As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos ambientais e trabalhistas, conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas (i)	571.348	657.388
Ambientais (ii)	10.989.047	4.565.500
	11.560.395	5.222.888

(i) Processos trabalhistas: O risco é composto pela reclamação trabalhista 0100727-02.2021.5.01.0026 - R.L.A em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, no valor de R\$ 179.400 (cento e setenta e nove mil e quatrocentos reais). Há ainda o processo 0010848-39.2015.5.15.0079 - MPT que tramita no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, no valor de R\$ 391.948 (trezentos e noventa e um mil, novecentos e quarenta e oito reais), processo que atualmente encontra-se em sede recursal com decisão favorável a Companhia em primeira instância. (ii) Processos ambientais: A Companhia foi autuada administrativamente em 2012 por, supostamente, ter desatendido a uma das condicionantes da Licença de Instalação nº 704/2010, o que caracterizaria infração ao art. 66, parágrafo único, inciso II do Decreto Federal nº 6.514/2008. Os temas aqui referidos são discutidos nos processos administrativos 02027.001143/2012-16 e 02027.001141/2012-19, que tramitam junto ao IBAMA, nos quais foi proferido decisão que reduziu o valor cobrado, e o valor remanescente é discutido ainda na fase administrativa, sem assunção por parte da Companhia. Aguarda-se decisão final de mérito na fase administrativa junto ao IBAMA. O aumento dos valores de exposição é decorrente da atualização do risco monetário envolvido nos procedimentos administrativos 02027.001143/2012-16, que passou de R\$ 2.010.500 (dois milhões, dez mil e quinhentos reais) para R\$ 4.839.224 (quatro milhões, oitocentos e trinta e nove mil, duzentos e vinte e quatro reais) e 02027.001141/2012-19 que passou de R\$ 2.555.000 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil reais) para R\$ 6.149.823 (seis milhões, cento e quarenta e nove mil, oitocentos e vinte e três reais).

14. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	31/12/2022	31/12/2021
IR e CSLL diferidos	8.142.268	7.223.481
IR diferido	5.287.187	4.690.572
CSLL diferida	2.855.081	2.532.909
PIS e COFINS diferidos	9.649.115	8.560.292
PIS diferido	1.718.335	1.524.436
Cofins diferido	7.930.780	7.035.856
	17.791.383	15.783.773

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 197.191.128 (cento e noventa e sete milhões, cento e noventa e um mil e cento e vinte e oito reais), dividido em 197.191.128 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2022 e 2021
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100,00%

b. Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. **c. Reserva de retenção de lucros:** A Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível para decisão futura conforme determinação em AGO. **d. Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	23.376.685	44.886.251
Base para reserva legal	23.376.685	44.886.251
Reserva legal (5%)	(1.168.834)	(2.244.313)
Base de cálculo para os dividendos	22.207.851	42.641.938
Dividendo mínimo obrigatório	222.079	426.419

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2021, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 8.222.538 (oito milhões, duzentos e vinte e dois mil, quinhentos e trinta e oito reais). Esse montante, bem como o valor de dividendo mínimo obrigatório de 31 de dezembro de 2020, foi pago em 30 de agosto de 2021 totalizando R\$ 8.306.442 (oito milhões, trezentos e seis mil, quatrocentos e quarenta e dois reais). Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de maio de 2022, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 1.142.922 (um milhão, cento e quarenta e dois mil, novecentos e vinte e dois reais). Esse montante, bem como o valor de dividendo mínimo obrigatório de 31 de dezembro de 2021, foi pago em 26 de maio de 2022 totalizando R\$ 1.569.341 (um milhão, quinhentos e sessenta e nove mil, trezentos e quarenta e um reais).

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta	59.388.204	26.901.282
Receita de construção (i)	31.337.353	-
Receita de operação e manutenção	12.557.804	11.976.888
Remuneração do ativo de contrato	14.603.113	13.984.659
Outras receitas	889.934	939.735
Deduções da receita operacional	(3.265.250)	(1.980.176)
PIS e COFINS diferidos (ii)	(1.084.106)	(1.017.574)
PIS e COFINS correntes (ii)	(1.088.823)	36.042
RGR	(711.143)	(638.634)
P&D	(273.810)	(258.825)
TFSEE	(107.368)	(101.855)
	56.122.954	24.921.106

(i) Receita de construção refere-se a implantação dos reforços em instalação de transmissão do primeiro reator de barra 500kV conforme resolução autorizativa 9.994/21. (ii) Variação refere-se ao aumento de receita em função principalmente da receita de construção decorrente da implantação dos reforços.

17. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(4.801.749)	(4.266.891)
Material	(625.635)	(405.328)
Serviços de terceiros	(1.166.194)	(930.154)
Arrendamentos e alugueis	(31.549)	(60.390)
Seguros	(133.589)	(116.880)
Custo de construção (i)	(19.536.661)	-
Custo de operação e manutenção (ii)	(2.433.399)	(286.033)
Gastos diversos	(461.744)	(544.846)
	(29.190.520)	(6.610.522)

(i) Variação refere-se a implantação dos reforços em instalação de transmissão do primeiro reator de barra 500kV conforme resolução autorizativa 9.994/21. (ii) Variação refere-se substancialmente a substituição de unidades de controle 500kV autotransformadores e adequação do sistema SCADA.

18. RECEITAS/DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(2.127.331)	(2.508.495)
Material	(58.434)	(71.650)
Serviços de terceiros	(392.472)	(386.155)
Arrendamentos e alugueis	(164.230)	(142.514)
Provisão/reversão (i)	16.083	18.493.268
Tributos	(22.283)	(2.517)
Depreciação e amortização	(26.987)	(26.623)
Outras	(132.930)	(340.333)
	(2.908.584)	15.014.981

(i) Em 14/05/2021 através de decisões homologatórias de primeira instância aos Autos de Infração dos processos administrativos nº 02027.001141/2012-19 e 02027.001143/2012-16, o IBAMA diminuiu os valores originais de R\$ 3.000.000,00 para R\$ 2.010.500 e R\$ 15.000.000 para R\$ 2.555.000, respectivamente, conforme descrito na nota explicativa 13.

19. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2022	31/12/2021
Receita financeira	2.209.622	970.990
Receitas de aplicações financeiras (i)	2.192.014	826.533
Outras	17.608	144.457
Despesa financeira	(389.547)	12.291.421
Atualização SELIC - Contingências Ambientais (ii)	(209.929)	12.389.655
Outras	(179.618)	(98.234)
	1.820.075	13.262.411

(i) Variação refere-se a rendimentos sobre aplicação financeira em função do aumento de valores aplicados no exercício de 2022. (ii) Variação refere-se substancialmente a estorno das atualizações monetárias no exercício de 2021, referentes a mudanças de prognóstico para possível as decisões homologatórias de 14/05/2021 do IBAMA dos processos administrativos nº 02027.001141/2012-19 e 02027.001143/2012-16.

20. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (LUCRO PRESUMIDO)

	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta (i)	30.918.944	28.729.582
Base de cálculo (8%)	2.473.516	2.298.367
Outras receitas	2.272.260	1.065.836
Base de cálculo	4.745.776	3.364.203
IR devido	(1.162.444)	(817.051)
(+) IR diferido/Outros	(596.615)	19.749
Total de IRPJ	(1.759.059)	(797.302)
	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta (i)	30.918.944	28.729.582
Base de cálculo (12%)	3.710.273	3.447.550
Outras receitas	2.272.260	1.065.836
Base de cálculo	5.982.533	4.513.386
CSLL devida	(538.428)	(406.204)
(+) CSLL diferido/Outros	(322.172)	10.664
Total de CSLL	(860.600)	(395.540)
Total de IRPJ/CSLL	(2.619.659)	(1.192.842)
Total IRPJ/CSLL correntes	(1.700.872)	(1.223.255)
Total IRPJ/CSLL diferidos	(918.787)	30.413

(i) A Companhia tributa as receitas efetivamente auferidas (Aviso de Crédito - AVC) e a natureza das receitas auferidas pelas Transmissoras decorre exclusivamente da prestação dos serviços de transmissão de energia, sendo este serviço remunerado por meio da RAP.

21. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e Companhias do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber - partes relacionadas	1.112.100	585.868
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	1.087.174	560.943
Intercompany ETEE - Despesas de pessoal	24.926	24.925

21.2 Passivo

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores - partes relacionadas	459.768	920.519
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	449.343	910.094
Intercompany Matrinchã - Despesas de pessoal	10.425	10.425

21.3 Resultado

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado - partes relacionadas	1.057.218	(773.212)
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	1.219.909	(641.890)
Despesa aluguel (ii)	(155.154)	(131.322)
Serviços de engenharia SGSE (iii)	(7.537)	-

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em Abril de 2022, através do despacho nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, o que explica a variação no exercício de 2022. (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio. (iii) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. ("SGSE") é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. Em Dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para o período de 2022 a 2023.

21.4 Remuneração da Administração (pessoal-chave): As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração fixa e variável (*)	228.804	283.722
Salário	40.170	59.861
Benefícios diretos e indiretos	136.248	158.793
Encargos	185.079	196.119
Provisões (13º salário, férias e bônus)	590.301	698.495
Valor total da remuneração	590.301	698.495

(*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e Bônus.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 22.1 não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros. Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

22.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	5	16.501.862	21.726.271

Ativos mensurados pelo custo amortizado

Nota	31/12/2022	31/12/2021
21	1.112.100	585.868
6	2.793.568	2.631.821

Passivos mensurados pelo custo amortizado

Nota	31/12/2022	31/12/2021
10	2.702.712	102.659
21	459.768	920.519

22.2 Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria



ARARAQUARA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 10.542.659/0001-23



★ continuação

Ramon Sade Haddad
Diretor-Presidente

DIRETORIA

Jorge Raul Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da

Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Araraquara Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Araraquara Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento

obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador - CRC RJ-086312/O-6

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 25/04/2023

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/25/ARARAQUARA1569057425042023.pdf>
Hash:1682348763c5f4458fdef84b8ba1cab83c01691f0